

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PSICOLOGIA

ICA 38-8

**TESTE DE AVALIAÇÃO DA APTIDÃO
PSICOLÓGICA PARA CONCESSÃO OU
RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO E
DO PORTE DE ARMA DE FOGO PARA MILITARES
INATIVOS DO COMANDO DA AERONÁUTICA**

2009

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA**



PSICOLOGIA

ICA 38-8

**TESTE DE AVALIAÇÃO DA APTIDÃO
PSICOLÓGICA PARA CONCESSÃO OU
RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO E
DO PORTE DE ARMA DE FOGO PARA MILITARES
INATIVOS DO COMANDO DA AERONÁUTICA**

2009



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL

PORTARIA COMGEP Nº 66/5EM, DE 20 DE MAIO DE 2009.

Aprova a edição da ICA 38-8 "Teste de Avaliação da Aptidão Psicológica para Concessão ou Renovação do Certificado de Registro e do Porte de Arma de Fogo para Militares Inativos do Comando da Aeronáutica".

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, tendo em vista o disposto no item 1.3.3, da ICA 5-1/2004, aprovada pela Portaria Nº 82/5EM, de 12 de maio de 2004, e considerando o que consta do Processo nº 67430.010306/2007-60, resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 38-8 "Teste de Avaliação da Aptidão Psicológica para Concessão ou Renovação do Certificado de Registro e do Porte de Arma de Fogo para Militares Inativos do Comando da Aeronáutica", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria COMGEP nº 74/5EM, de 20 de agosto de 2007, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 163, de 24 de agosto de 2007.

Ten Brig Ar PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
Comandante-Geral do Pessoal

(Publicado no BCA nº 099, de 1º de junho de 2009)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
1.2.1 CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO	7
1.2.2 CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO COM AUTORIZAÇÃO PARA PORTE	7
1.2.3 DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO (DIRMAB)	7
1.2.4 COMANDO AÉREO REGIONAL (COMAR)	7
1.3 <u>ÂMBITO</u>	7
2 TESTE DE AVALIAÇÃO DA APTIDÃO PSICOLÓGICA (TAAP)	8
2.1 <u>INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO TAAP</u>	8
2.2 <u>PRESCRIÇÕES DIVERSAS</u>	8
3 CREDENCIAMENTO, DESCREDENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	9
3.4 <u>CREDENCIAMENTO</u>	9
3.5 <u>DESCREDENCIAMENTO</u>	9
3.6 <u>FISCALIZAÇÃO</u>	10
3.6.1 FISCALIZAÇÃO ORDINÁRIA	10
3.6.2 FISCALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	10
4 PROCEDIMENTOS DOS CREDENCIADOS	11
5 PROCEDIMENTOS DOS COMAR OU DAS OM DE VINCULAÇÃO	12
6 PROCEDIMENTOS DO MILITAR INATIVO	13
7 DISPOSIÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	15
Anexo A - Formulário de Parecer Psicológico	16

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer a regulamentação e detalhar os procedimentos a serem adotados, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), para a realização do Teste de Avaliação da Aptidão Psicológica (TAAP) para a concessão/renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) ou para concessão/renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo com Autorização para Portar Arma de Fogo (CRAF/PAF) pelos militares da Reserva Remunerada ou Reformados, quando aplicado por pessoas físicas ou jurídicas (psicólogos/clínicas) credenciadas pelo Comando da Aeronáutica a prestar os serviços de avaliação de aptidão psicológica específicos.

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO (CRAF)

É o documento com validade em todo o território nacional que autoriza o proprietário - pessoa física - a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa, bem como as pessoas jurídicas a manterem-na exclusivamente no interior do estabelecimento comercial ou empresa, de acordo com os Art. 5º e 7º da Lei nº. 10.826, de 22 dez. 2003.

1.2.2 CERTIFICADO DE REGISTRO DE ARMA DE FOGO COM AUTORIZAÇÃO PARA PORTAR ARMA DE FOGO (CRAF/PAF)

O CRAF/PAF é o CRAF emitido com autorização legal expressa para o porte de arma de fogo, conforme o Art. 11 da Portaria nº. 686/GC3, de 22 jun. 2005, que dá o direito ao proprietário da arma a transportá-la de forma discreta, e é específico para cada arma, de acordo com o contido nos Art. 23 e 26 do Decreto nº. 5.123, de 1º de julho de 2004.

1.2.3 DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO (DIRMAB)

É a OM do COMAER responsável pela fiscalização e pelo controle das armas de uso particular dos militares da Aeronáutica e das institucionais, de porte e as portáteis, pertencentes à Força, bem como de suas munições.

1.2.4 COMANDO AÉREO REGIONAL (COMAR)

É a OM do COMAER responsável pela execução do cadastro de armas particulares no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas da Aeronáutica (SIGMAER), bem como pela expedição dos CRAF e dos CRAF/PAF para os militares a ela jurisdicionados, por intermédio das Seções de Investigação e Justiça (SIJ) e dos Serviços Regionais de Material Bélico (SERMAB).

1.3 ÂMBITO

Esta Instrução é de observância obrigatória no âmbito do COMAER e se aplica a todos militares inativos.

2 TESTE DE AVALIAÇÃO DA APTIDÃO PSICOLÓGICA (TAAP)

2.1 INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO TAAP

2.1.1 Os militares da Reserva Remunerada e Reformados do COMAER que possuem CRAF ou CRAF/PAF deverão, a cada três anos, comprovar aptidão psicológica por meio do TAAP, de acordo com o previsto no § 2º do Art. 12, Art. 21 e Art. 34 do Anexo I da Portaria nº. 686/GC3, de 22 junho 2005.

2.1.2 Serão aceitos os pareceres emitidos pelas pessoas físicas e jurídicas (psicólogos/clínicas) credenciadas pelo Comando da Aeronáutica, quanto à aptidão psicológica para possuir e portar arma de fogo.

2.1.3 O IPA é a OM responsável pelo credenciamento, pelo descredenciamento e pela fiscalização das pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela aplicação do TAAP.

2.1.4 O IPA divulgará a relação atualizada dos psicólogos/clínicas credenciados para todos os COMAR.

2.1.5 Os procedimentos para regularização do CRAF ou do CRAF/PAF deverão ser iniciados noventa dias antes de expirar a sua validade, devendo o militar inativo comparecer à sua OM de vinculação, a qual deverá informá-lo sobre os psicólogos/clínicas credenciados para realizar o TAAP.

2.1.6 O COMAR ou OM isolada de vinculação do militar somente deverá aceitar pareceres do TAAP emitidos por psicólogos/clínicas credenciados, constantes da relação divulgada pelo IPA.

2.1.7 No caso de inaptidão psicológica, o militar poderá requerer uma outra avaliação ao Comandante do COMAR da jurisdição ou da OM de vinculação. O novo TAAP deverá ser realizado por psicólogo/clínica distinto daquele que emitiu o parecer inicial, desde que este seja, também, credenciado pelo COMAER. A nova avaliação somente deverá ser realizada depois de decorrido o período de 90 dias, a partir da data da realização do TAAP inicial.

2.1.8 Caso seja confirmada a inaptidão psicológica do militar para o manuseio de arma de fogo, o COMAR pertinente ou a OM de vinculação deverá providenciar para que sejam cumpridas as exigências previstas no Art. 67 do Decreto nº. 5.123/2004, e comunicar formalmente ao próprio e aos seus familiares a sua inabilitação, em grau de recurso, no TAAP (§ 2º do Art. 22 da Portaria nº. 686/GC3, de 22 jun. 2005).

2.2 PRESCRIÇÕES DIVERSAS

2.2.1 As despesas para a realização do TAAP correrão por conta do militar interessado, conforme previsto no § 3º do Art. 34 da Portaria nº. 686/GC3, de 22 jun. 2005, alterado pela Portaria nº. 127/GC3, de 10 mar. 2007.

2.2.2 Quando o militar tiver sido designado para Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), caberá à OM para a qual o militar foi designado dar início ao processo de regularização do CRAF ou do CRAF/PAF.

2.2.3 O Parecer Psicológico terá a validade de três anos, contados a partir da data de realização do TAAP.

3 CREDENCIAMENTO, DESCREDENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

3.1 O IPA é a OM responsável pelos processos de credenciamento, de credenciamento e de fiscalização, os quais serão realizados por Comissões de Credenciamento e de Desc credenciamento, designadas para tais finalidades.

3.2 As Comissões estabelecidas pelo IPA serão compostas por psicólogos do IPA e das OM subordinadas à DIRSA.

3.3 Os psicólogos indicados pelo IPA para integrarem as Comissões deverão ser disponibilizados pelas respectivas OM nas quais se encontram lotados.

3.4 CREDENCIAMENTO

3.4.1 O credenciamento de pessoas físicas e jurídicas será realizado por intermédio de processo licitatório, de forma que atenda às necessidades do COMAER nas localidades de interesse.

3.4.2 Todos os psicólogos/clínicas deverão estar inscritos regularmente no Conselho Regional de Psicologia (CRP), para se candidatarem ao credenciamento.

3.4.3 Serão credenciados somente aqueles psicólogos/clínicas que atenderem, na íntegra, as exigências previstas no Edital de Credenciamento.

3.4.4 Todos os psicólogos/clínicas deverão cumprir os requisitos preconizados nas Instruções Técnicas para a realização do TAAP elaboradas pelo IPA, sob pena de serem credenciados.

3.4.5 A fim de cumprir as recomendações contidas na Resolução 002/2003, do Conselho Federal de Psicologia (CRP), e no Código de Ética Profissional do Psicólogo, as Instruções Técnicas para a realização do TAAP, por se tratar de documento técnico que contém informações que devem ser protegidas, não constarão do Edital de Credenciamento, mas serão disponibilizadas pelo IPA para todos os psicólogos/clínicas que estiverem envolvidos no processo de credenciamento.

3.5 DESCREDENCIAMENTO

3.5.1 O credenciamento poderá ser efetuado de duas formas: a pedido do CREDENCIADO ou por ato unilateral do CREDENCIANTE (*ex officio*), conforme o previsto no Edital de Credenciamento.

3.5.2 O CREDENCIADO poderá solicitar à Comissão de Credenciamento e Desc credenciamento, formalmente, seu credenciamento, com antecedência mínima de trinta dias.

3.5.3 O CREDENCIADO que descumprir os procedimentos básicos apresentados no Edital de Credenciamento, as Instruções Técnicas do IPA, as normas ditadas pelo CFP ou, ainda, que apresentar baixa qualidade técnica, será credenciado.

3.5.4 O CREDENCIADO, uma vez notificado, terá o direito de recorrer, de acordo com o estabelecido no Edital de Credenciamento.

3.6 FISCALIZAÇÃO

A fiscalização ocorrerá de duas formas: Ordinária e Extraordinária.

3.6.1 FISCALIZAÇÃO ORDINÁRIA

Será realizada quando do credenciamento, do descredenciamento ou da prorrogação do contrato entre o COMAER e o credenciado.

3.6.2 FISCALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Será determinada pelo IPA, sempre que julgada oportuna, a fim de aferir a qualidade dos serviços prestados regularmente.

4 PROCEDIMENTOS DOS CREDENCIADOS

4.1 Os procedimentos a serem cumpridos pelos credenciados constarão do Edital de Credenciamento e das Instruções Técnicas para realização do TAAP elaboradas pelo IPA.

5 PROCEDIMENTOS DOS COMAR OU DAS OM DE VINCULAÇÃO

Os COMAR e as OM de vinculação do candidato devem:

- a) fornecer ao candidato a relação dos psicólogos/clínicas credenciados a aplicar o TAAP.
- b) entregar ao militar o Formulário de Parecer Psicológico (Anexo A) para que seja preenchido pelo avaliador e, posteriormente, remetido ao COMAR ou à OM solicitante, via correspondência registrada, após a realização do TAAP.
- c) manter em arquivo, por tempo indeterminado, os resultados dos TAAP.
- d) fornecer ao militar inapto, quando por este solicitado, um novo Formulário de Parecer Psicológico, a fim de ser entregue ao psicólogo que irá realizar a reavaliação.
- e) encaminhar o militar inapto, para a reavaliação, somente após decorridos 90 dias da avaliação inicial.

6 PROCEDIMENTOS DO MILITAR INATIVO

O militar inativo deve:

- a) receber do COMAR ou da OM de vinculação o Formulário de Parecer Psicológico e entregá-lo ao avaliador.
- b) agendar junto ao avaliador escolhido o dia e hora da avaliação.
- c) agendar, caso deseje, uma entrevista devolutiva com o avaliador que emitiu o parecer, se tiver sido considerado INAPTO no TAAP.
- e) efetuar os pagamentos devidos ao credenciado.

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Todo o material do TAAP deverá ser arquivado pelos responsáveis, conforme previsto em legislação específica. por um período de cinco anos.

7.2 Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, complementando a Portaria nº. 686/GC3, de 22 jun. 2005, e a NSCA 136-1 “Armamento de Uso Particular no âmbito do Comando da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria COMGAP nº. R-004, de 05 ago. 2005, nos assuntos referentes ao TAAP.

7.3 Esta Instrução substitui a ICA 160-38, de 20 de agosto de 2007, aprovada pela Portaria COMGEP nº 74/5EM, de 20 de agosto de 2007.

7.4 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Comandante-Geral do Pessoal, por intermédio do IPA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 249, 23 dez. 2003, Seção 1.

_____. Decreto 5.123, de 01 de julho de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 126, 02 jul. 2004. Seção 1.

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 1.369/MD, de 25 de novembro de 2004. Autoriza a emissão de Certificado de Registro de Arma de Fogo pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que poderá valer como autorização para Porte de Arma de Fogo, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 229, 30 nov. 2004. Seção 1. p. 19.

_____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante. Portaria nº 686/GC3, de 22 de junho de 2005. Aprova as normas que regulam o registro, o cadastro, o porte de arma de fogo e a utilização de armas de uso particular no âmbito do Comando da Aeronáutica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 121, 27 jun. 2005. Seção 1.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Portaria COMGAP nº R-004, 05 de agosto de 2005. Aprova a reedição da Norma que regulamenta os procedimentos sobre o armamento de uso particular no âmbito do Comando da Aeronáutica – NSCA 136-1. **Boletim Reservado do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, n. 24, de 15 set. 2005. p. 949.

_____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante. Portaria nº 127/GC3, de 10 de março de 2007. Altera o § 3º do art. 34 das normas que regulam o registro, o cadastro, o porte de arma de fogo e a utilização de armas de uso particular, no âmbito do Comando da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº 686/GC3, de 22 de junho de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 43, 5 mar. 2007. Seção 1.

_____. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 007/2003**. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Disponível em: <http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2003_7.pdf>. Acesso em: 23 set. 2008.

_____. Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Resolução CFP nº 010/05**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: <http://www.crprj.org.br/noticias/cod_etica_novo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2008.

Anexo A - Formulário de Parecer Psicológico**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
OM****FORMULÁRIO DE PARECER PSICOLÓGICO****I IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO**

NOME:

Nº DA IDENTIDADE DO MINISTÉRIO DA DEFESA/COMAER:

Nº SARAM:

CPF:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE FIXO:

CELULAR:

E-MAIL:

II FINALIDADE DA AVALIAÇÃO☐ CONCESSÃO DE CRAF ou CRAF/PAF☐ RENOVAÇÃO DE CRAF ou CRAF/PAF☐ REAVALIAÇÃO (No caso de inaptidão em avaliação realizada há, no mínimo, 90 dias)

Dados do primeiro Psicólogo avaliador, no caso de inaptidão:

Nome:

Telefone fixo:

Celular:

III CONCLUSÃO DO PARECER PSICOLÓGICO☐ APTO☐ INAPTO**IV PSICÓLOGO AVALIADOR**

NOME:

Nº CRP:

ENDEREÇO:

TELEFONE FIXO:

CELULAR:

Local/Data: _____, _____ de _____ de _____

Assinatura: _____
(Carimbo com o nome e registro no CRP do psicólogo responsável ou credenciado)